

Prontas as emendas do Centro

Proposta para acabar com estabilidade une todo o bloco

GIVALDO BARBOSA



O senador Mauro Benevides presidiu a reunião da Mesa para estudar o regimento

Mudança do Regimento ainda não tem acordo

“Centrão” já pensa até em virar partido

O Centrão poderá se transformar em partido político, ou atuar como um sólido bloco parlamentar no Congresso Nacional. Foi o que disse o deputado paulista Roberto Cardoso Alves, (PMDB-SP). Ele não admitiu deixar o seu partido, mas assegurou que nas conversas informais está sentindo, entre os integrantes do Centrão, o crescimento da possibilidade de se transformar em partido ou bloco interpartidário para atuar coligado.

Parlamentares governistas de Minas Gerais não acreditam nas possibilidades de um novo partido de centro-esquerda, que surgiria em Minas, sob a liderança do deputado Pimenta da Veiga (PMDB). Na sua opinião, ele, não tem condições políticas para arregimentar uma nova agremiação, “por falta absoluta de bases populares”.

Dos nove deputados federais o PMDB mineiro que estariam apoiando o novo partido de centro-esquerda, no máximo três ou quatro acompanharam Pimenta da Veiga. A bancada é de 35 deputados federais.

Apesar do ceticismo do Governador de Minas, a corrente de centro-esquerda do PMDB está se movimentando, para criar condições a um novo partido.

QUÉRCIA

O Centrão, transformado ou não em partido, poderá apoiar a candidatura Orestes Queríca a presidente da República. Ontem, numa conversa informal, mas cheia de farpas reciprocas, Mário Covas e Roberto Cardoso Alves evitaram definições. Cardoso Alves, porém, confirmou que o Governador de São Paulo “andou trabalhando a favor do Centrão”.

Mauro Benevides chegou a colocar para os integrantes

da mesa que precisa de tempo para conversar com o deputado Ulysses Guimarães, informando-o sobre as dificuldades, e consultando-o sobre o melhor caminho a tomar, frente à intransigência do Centrão, que, até o momento, não parece disposto a abrir mão de suas reivindicações.

O senador Mauro Benevides informou ontem ao senador Mário Covas que não pretende tomar nenhuma decisão até segunda-feira. Ele foi procurado pelo deputado Roberto Cardoso Alves que, à frente de um grupo de constituintes do Centrão, disse que “ninguém pode fazer acordo, viemos dizer que não queremos que ele tome qualquer decisão antes de segunda-feira”. A idéia, inclusive do senador Mauro Benevides, é esperar o retorno de Ulysses Guimarães.

O Centrão insiste na apresentação de emendas a capitulo e título do substitutivo do relator Bernardo Cabral, não abre mão do quorum de 280 votos, continua reivindicando preferência para as emendas apoiadas por maioria absoluta, e teme em que haja três oportunidades de votação para as emendas que não obtenham o número de 280 votos.

O deputado Roberto Cardoso Alves, um dos idealizadores do Centrão, toma por base as 319 assinaturas que apoiam seu projeto de resolução, e diz que “essa assembleia está ouvindo falar, pela primeira vez, a expressão mágica do regime democrático: maioria absoluta”.

O presidente interino da Assembleia Nacional Constituinte, divulgou ontem nota rebatendo declarações do senador Fernando Henrique Cardoso e do deputado Bernardo Cabral, de que o Centrão está atrasando os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. A nota diz que “o Centrão não deseja atrasar a votação da Constituinte, mas dar direito ao plenário, por sua maioria, de emendar o projeto da Sistematização”.

O Centrão já selecionou algumas emendas para alterar o conceito de empresa nacional. A idéia predominante é a de manter a filosofia do texto Cabral, mas retirando as redundâncias como controle de capital e de diretores brasileiros nativos.

RITAMARIA PEREIRA
Da Editoria de Política

A demissão imotivada poderá ser penalizada com o pagamento em dobro do salário por cada ano de serviço ou deixar que o assunto seja tratado pela legislação ordinária. Esta, pelo menos, é a proposta que o Centrão está pensando em apresentar no plenário da Constituinte, numa emenda com 280 assinaturas, para retirar do texto aprovado na Comissão de Sistematização a estabilidade no emprego.

O Centrão está adiantado na seleção das emendas que apresentará em conjunto. Até porque a idéia dos seus articuladores é começar a pregar as assinaturas já na terça-feira, quando haverá reunião geral para decidir o que fazer em relação à proposta de mudança do Regimento Interno. Por esta razão, as reuniões no final de semana serão intensificadas, a fim de separar os pontos capazes de admitir o apoio de 280 constituintes.

Não é somente em relação à estabilidade no emprego que existe praticamente uma definição. O Centrão decidiu eliminar a hora extra paga em dobro, incluindo no texto — se não preferir deixar para a legislação ordinária — um dispositivo que assegure adicional por este tipo de jornada, mas sem fixá-lo numericamente.

Quanto à questão da licença de gestante, não há ainda um consenso. Muitos dos centristas admitem apoiar o texto da Sistematização, mas neste caso querem retirar a palavra remunerada do artigo que trata deste assunto, alegando que como está, a gestante receberia dobrado. Vão deixar apenas a garantia de emprego e salário no caso deste tipo de afastamento.

No artigo que trata da aposentadoria integral, cuja aprovação de uma emenda neste sentido gerou depois ampla polêmica, o Centrão considera essencial substituir a palavra salário por proventos, porque é esse o termo certo quando se trata de cálculo da Previdência Social.

Também está certo dentro do grupo retirar do texto aprovado na Sistematização o dispositivo que garante, nas empresas com mais de 50 empregados, 10% das vagas para os maiores de 45 anos. É uma emenda do deputado José Lins, coordenador dos estudos temáticos do Centrão, que já concordou com isso.

O Centrão já selecionou algumas emendas para alterar o conceito de empresa nacional. A idéia predominante é a de manter a filosofia do texto Cabral, mas retirando as redundâncias como controle de capital e de diretores brasileiros nativos.

Existem também várias propostas para retirar o monopólio da distribuição de petróleo, bem como outras capazes de compatibilizar o que o deputado José Lins chama de pagamento dos benefícios sociais com a sobrevivência da iniciativa privada. E outras ainda para eliminar da Carta Constitucional todos os seus aspectos estatizantes. No caso da poupança externa, lembrou o deputado José Lins que será objeto de análise cuidadosa, porque a economia do País não pode ser tão restrita como quer o texto saído da Sistematização, haja vista que até a Rússia e a China estão abrindo as portas ao capital estrangeiro.

Líderes defendem a atuação de Albano



Albano Franco recebe solidariedade

seus pontos de vistas e da defesa dos seus interesses de classe, que não são os mesmos daqueles que estão na Assembleia Nacional Constituinte, mas o fez com muita clareza, com muita propriedade e, sobretudo, honrou o compromisso firmado.

VIRGILIO TAVORA

Em seu pronunciamento, o líder do PDS, senador Virgílio Távora, começou por retificar a maneira como parte da imprensa paulista noticiou e comentou o voto do senador Albano Franco sobre o monopólio da Petrobras na distribuição de derivados. Disse o senador cearense:

“Albano Franco, com seu voto, não decidiu coisa alguma. Foram cinqüenta a quarenta e um votos. Mais um voto, menos outro voto, não iria resolver essa questão.

Em seguida, Virgílio Távora lembrou seu próprio trabalho na participação na própria Lei 2.004 que criou a Petrobrás, em 1953 e justificou, como comum num Parlamento, o voto de Albano Franco. E acrescentou:

“Queremos dar o teste-munho de que em todas as reuniões havidas, em todas aquelas procuras de acordo, de entendimento, para que saisse, face a grande maioria de elementos progressistas de esquerda existentes na Comissão de Sistematização, um projeto que representasse o pensamento da população brasileira, não poderia deixar de realçar o empenho, o desvelo com que Albano Franco se houve em todas essas ocasiões. Os apertos de Jardas Passarinho e de Marcondes Gadelha são mais eloquentes que as palavras aqui por mim proferidas e dizem, justamente, em sua simplicidade, do sentimento que não é deles, mas é de todo esse plenário, estou certo. E de todo sergipano que o conhece. E de todo brasileiro que o admira nesta senda, que já não é curta, cheia de obstáculos, mas sempre transposta com galhardia, com altivez e com amor à terra e à gente brasileira.

APARTES SOLIDÁRIOS

Os líderes do PDS e do PMDB foram aparteados em seus discursos por diversos senadores, que ofereceram apoio e solidariedade a Albano Franco.

O presidente do PDS, Jarbas Passarinho, afirmou que Albano Franco, em toda a sua vida, foi sempre homem de convicção permanente “e está pagando um preço exageradamente alto por um voto inadvertido”. Acrescentou que a emenda do deputado Fernando Santana, estendendo o monopólio estatal do petróleo, “era para marcar a posição do PCB, da estatização dominante, completa, total” e que a aprovação da matéria desgostou até a Petrobrás. Conclui que em toda a sua vida, o senador Albano Franco sempre esteve a serviço da causa da livre iniciativa e da liberdade.

O deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), também em discurso, afirmou que o erro de voto do senador Albano Franco “ocorre com muitos outros, inclusive comigo próprio”. E acrescentou: “Dai a extrapolar, a distorcer, como está sendo feito, a fim de atingir a hordez pessoal de um companheiro que se tem portado com a maior seriedade, há de merecer nossa repreensão”.

O deputado Marcondes Gadelha (PFL-PB) disse que “não se pode julgar um homem público por um instante, quando tem uma vida inteira a apresentar, uma vida de lutas, construída com sacrifícios, arrostando toda sorte de dificuldades. Um homem que granjeou a respeitabilidade de seus pa-

res, tanto na área da indústria quanto no Congresso Nacional”.

O senador Cid Sabóia (PMDB-CE), em seu aparte, disse que o senador Albano Franco “teria o direito de votar como quisesse e a soberania da Assembleia Nacional Constituinte o protege para que não deva explicações a quem quer que seja”. E acrescentou: “O senador Albano Franco tem colaborado, sobremaneira, para que haja paz no Congresso Constituinte”.

O senador Raimundo Lira (PMDB-PB), outro aparteante, afirmou: “Quero solidarizar-me com o senador Albano Franco, porque o conheço há muitos anos. Sei da sua seriedade no trabalho, como parlamentar, como empresário e como cidadão brasileiro”.

O senador Francisco Rolemberg (PMDB-SE) declarou: “Sou do seu Estado, sou da sua cidade, conheço-o desde a meninice. Albano Franco sempre foi um homem sério e um homem de bem. Ele tem passado e tem presente”.

O senador Nelson Carneiro também considerou normal o voto de Albano Franco na Comissão de Sistematização e disse: “Somente quem não acompanha os trabalhos da Comissão faz disso um cavalo-de-batalha”. O senador Aluísio Bezerra (PMDB-CE) disse estranhamente que o voto de Albano Franco “tenha sido motivo para mobilizar a imprensa de todo o País para uma crítica tão profunda”.

BERNARDO CABRAL

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), também em discurso, afirmou que o erro de voto do senador Albano Franco “ocorre com muitos outros, inclusive comigo próprio”. E acrescentou: “Dai a extrapolar, a distorcer, como está sendo feito, a fim de atingir a hordez pessoal de um companheiro que se tem portado com a maior seriedade, há de merecer nossa repreensão”.

O constituinte Bernardo Cabral, disse ainda, que o senador Albano Franco “sempre defendeu, e bem, os interesses dos empresários. O que acontece é que, sendo um homem do PMDB e tendo tido um comportamento correto não só com o seu partido mas também com os integrantes das demais agremiações, pretendesse desmoralizar não apenas o constituinte Albano Franco, a quem dou minha solidariedade, mas a todos os constituintes”.